

ANÁLISE PONDERAÇÃO DO PARECER DO ICNF (P-050931/2021) relativo à posição da CMFA na sequência da reunião de concertação de 19/12/2023 (S-007434/2024)

Por forma a facilitar a análise, inserem-se as posições do ICNF sempre que não se verifica concordância com a posição anterior da CMFA, sendo apresentada a atual Ponderação da CMFA, a azul.

III. ANÁLISE

2.a I 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

Ponderação ICNF:

Carta de Valores Naturais:

1.1. Introdução na legenda – Espécie de Peixes - o tipo de ocorrência das espécies (indígena, introduzida e translocada) ou, retirar da carta de valores as espécies exóticas, designadamente *Alburnus alburnus*, *Ameiurus melas*, *Australoheros facetus*, *Carassius auratus*, *Cyprinus carpio*, *Gambusia holbrooki*, *Lepomis gibbosus*, *Micropterus salmoides* e *Sander lucioperca* pois não têm o mesmo valor conservacionista que as espécies autóctones.

1.2. Deve ser introduzido na Carta de Valores as áreas de *Linaria ricardoi* atualizadas e constantes o Geocatálogo do ICNF no link <http://geocatalogo.icnf.pt/> (*shapefiles* em anexo).

Ponderação CMFA:

- 1.1. Retiradas as espécies de peixes exóticas da carta de valores naturais.
- 1.2. Atualizadas as áreas de *Linaria ricardoi* na Carta de valores Naturais, de acordo com a informação remetida pelo ICNF.

2.b 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

Ponderação do ICNF:

EEM (Artigo 11.º) – Concorde-se, no geral, com a proposta de artigo, contudo, sugere-se que a redação seja alterada conforme a proposta de redação sugerida abaixo para este artigo (Capítulo IV – Parecer, nº2- Proposta de alteração de regulamento - 2.2. – 2.2.1).

Ponderação CMFA:

[Ver ponto referente à proposta de redação do artigo 11.º](#)

2.c 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

Ponderação do ICNF:

Charcos Temporários Mediterrânicos (CTM) - Concorde-se com o proposto, contudo, sugere-se que a redação seja alterada conforme a proposta de alteração dada mais adiante para o artigo 11.º (Capítulo IV – Parecer, nº2- Proposta de alteração de regulamento - 2.2. – 2.2.1).

Ponderação CMFA:

Ver ponto referente à proposta de redação do artigo 11.º

2.d | 3.2. Quanto à Proposta de Ordenamento (PO). 3.2.1. Estrutura Ecológica Municipal (EEM).

Ponderação do ICNF:

Serra do Paço – aceita-se a justificação apresentada, não obstante, é de referir que a área de Proteção da Serra do Paço e a delimitação da área de Matos deverá ser retificada pois esta inclui a área onde está implantada uma Central Fotovoltaica e uma área de cultura arbórea permanente onde os matos já não estão presentes (FIG.01).

Ponderação CMFA:

Área de Proteção da Serra do Paço e a delimitação da área de Matos retificada em conformidade com o sugerido.

3 a.b.c.e | Classificação e qualificação do solo

Ponderação do ICNF:

Embora o n.º 8 do artigo 11.º relativo ao normativo regulamentar proposto para a EEM refira que as áreas de ocorrência de *L. ricardoi* e de outras espécies ameaçadas estão sujeitas a parecer da Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza, considera o ICNF que estas espécies não estarão salvaguardadas quando ocorrer alteração de uso atual do solo, e, considera ainda que em sede de ordenamento e planeamento territorial deve ser atendido o facto da proposta apresentada – Espaços Agrícolas não dar cumprimento a legislação fundamental, que enquadra os procedimentos de elaboração dos planos territoriais, ou seja (...)

Ponderação CMFA:

A qualificação do solo, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do DR 15/2015, de 19/08, é “uma opção de planeamento territorial que estabelece, com respeito pela sua classificação, o conteúdo do seu aproveitamento tendo por referência as potencialidades de desenvolvimento do território, fundamentadas na análise dos recursos e valores presentes e na previsão dos usos e das atividades do solo adequados à concretização da estratégia de desenvolvimento local e do correspondente modelo de organização do território municipal.”

Por sua vez, a Estrutura Ecológica Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º mesmo diploma é “constituída pelo conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas, culturais ou paisagísticas, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rústicos e urbanos” e “incide nas diversas categorias de solo rústico e de solo urbano com um regime de uso do solo adequado às suas características e utilizações, não constituindo uma categoria de uso do solo autónoma.” (n.º 4).

Assim, sendo, atendendo a que o uso dominante das áreas agrícolas integradas na categoria dos Espaços agrícolas é a atividade agrícola, uso que se pretende manter também para as áreas de olival tradicional – as quais também se encontram protegidas por força do regime respetivo, que constitui uma restrição de utilidade pública - e que nessas áreas não foram identificadas espécies

protegidas, e que ao mesmo tempo as áreas com presença destas espécies se encontram integradas na EEM, cujo regime garante a sua salvaguarda, a CMFA considera que não se encontra justificada a necessidade de dividir a categoria dos espaços agrícolas em duas subcategorias.

3 f. | Classificação e qualificação do solo

Ponderação do ICNF:

6.1. Não se aceita a justificação face ao sugerido anteriormente no que concerne à subdivisão dos Espaços Agrícolas em duas subcategorias, uma vez que se considera não estar garantida a conservação da natureza e biodiversidade com a proposta apresentada pela CMFA, fora das áreas da EEM.

Ponderação CMFA:

Todas as áreas onde foi identificada a ocorrência de espécies protegidas ou com valores naturais relevantes foram integradas na EEM e o ICNF não manifestou discordância com a proposta de EEM apresentada, sendo este o regime adequado para a proteção dos referidos valores. Para as restantes áreas do território, sem prejuízo das servidões e restrições aplicáveis, não decorre para a CM a obrigação de prever um regime de uso específico que interdição as práticas agrícolas intensivas.

3 g. | Classificação e qualificação do solo

Ponderação do ICNF:

Aceita-se a justificação. Relativamente aos CTM, a consulta ao ICNF, em caso de alteração do uso do solo, não está assegurada a salvaguarda da espécie (referido no n.º 2.c.).

Ponderação CMFA:

Não se compreende bem o pretendido, mas é aceite a alteração da redação proposta para o artigo 11.º no que respeita aos charcos temporários.

3 i. | Classificação e qualificação do solo

Ponderação do ICNF:

Não se aceita a justificação supra, reiterando-se uma vez mais a proposta de criação de Espaços Florestais de Produção.

Ponderação CMFA:

O n.º 3 do DR 15/2015 refere que “As regras de ocupação, transformação e utilização do solo estabelecidas pelo plano territorial para cada categoria e subcategoria, estabelecem o aproveitamento do solo em função do uso dominante da categoria em que se integra, privilegiando este uso, interditando as utilizações que o prejudiquem ou comprometam, e estimulando utilizações complementares e compatíveis que favorecem a multifuncionalidade do uso do solo.”

A áreas de povoamentos de pinheiros mansos e eucaliptos existentes no concelho não têm expressão territorial para constituírem uma subcategoria de solo autónoma. De qualquer modo, a redação do artigo 53.º do Regulamento sobre os usos dos Espaços florestais refere que os usos dominantes dos Espaços Agrossilvopastoris e dos Espaços Florestais de Reconversão são a atividade agrícola, a atividade silvopastoril e a atividade florestal, ou seja, não coloca em causa a continuidade da função florestal destas áreas, pelo que não se encontra justificada a necessidade de integrar as referidas áreas na subcategoria dos Espaços florestais de produção, já que os usos dos Espaços agrossilvopastoris se encontram adequados também a estas áreas.

5 a. | Proposta de Regulamento

Ponderação do ICNF:

Não é aceite a justificação apresentada. Para além do referido anteriormente e atendendo à obrigatoriedade de serem respeitados os diplomas legais relativos ao ordenamento do território, verifica-se que toda a área do EFMA está inserida em Reserva Agrícola Nacional (RAN), não cumprido a proposta apresentada os objetivos da RAN, nomeadamente as alíneas *d) Contribuir para a preservação dos recursos naturais* e *f) Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza* do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, na sua redação atual. É também de acrescentar que a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo-Lei n.º 31/2001, de 30 de maio, estabelece no artigo 2.º alínea *“i) Assegurar o aproveitamento racional e eficiente do solo, enquanto recurso natural escasso e valorizar a biodiversidade;”*

Ponderação CMFA:

Todas as áreas onde foi identificada a ocorrência de espécies protegidas ou com valores naturais relevantes foram integradas na EEM e o ICNF não manifestou discordância com a proposta de EEM apresentada, sendo este o regime adequado para a proteção dos referidos valores. Para as restantes áreas do território, sem prejuízo das servidões e restrições aplicáveis, não decorre para a CM a obrigação de prever um regime de uso específico que interdite as práticas agrícolas intensivas.

5 Proposta de Regulamento. - Regime de preservação dos charcos temporários 1.2.3.4.

Ponderação do ICNF:

Considera-se que a proposta do artigo 11.º responde, na generalidade, à necessidade de salvaguarda dos valores naturais identificados, devendo, no entanto, ser considerada a proposta de redação do ICNF para o artigo 11.º do ponto 2.b. desta informação.

Ponderação CMFA:

Ver ponto referente à proposta de redação do artigo 11.º

5 c 1.2.3. Proposta de Regulamento

Ponderação do ICNF:

Relativamente à fiscalização em apreço, importa mencionar o seguinte:

Foram retiradas do artigo 11.º as normas que previam que «a fiscalização (...) compete à autoridade nacional da conservação da natureza», porquanto, nesta matéria, temos que, designadamente:

A) (...)

b) Logo, não pode o Município de Ferreira do Alentejo, ou a sua Câmara Municipal, através deste seu Regulamento do PDM, imputar exclusivamente ao ICNF, IP uma tal competência de fiscalização que, legalmente, também por eles (Município e Câmara) pode e deve ser exercida; ademais, nenhum regulamento pode derogar, alterar ou afastar normas jurídicas hierarquicamente superiores, como o são as supratranscritas daqueles dois decretos-leis.

Ponderação CMFA:

Mantida o número da fiscalização, mas com alteração na redação.

IV. Parecer

ICNF:

1.9. Caso mantenham, apenas, a proposta relativamente à proteção da espécie identificadas na EEM - *Linaria ricardoi*, deve ser incluída uma nota gráfica na Planta de Ordenamento (geral) nas áreas com presença confirmada da espécie com a respetiva identificação na legenda.

Ponderação CMFA:

Não se aceita a introdução da referida nota gráfica na Planta de Ordenamento (geral), depreendendo-se que se refiram à planta de ordenamento – Classificação e qualificação do solo, na medida em que a Planta de ordenamento – Estrutura Ecológica municipal integra igualmente (como o próprio nome indica) a Planta de ordenamento, a qual, apenas por uma questão de leitura, se encontra desdobrada. Trata-se, no entanto, da planta de ordenamento, elemento constituinte fundamental do Plano.

ICNF:

1.10. Retificar as áreas de montado delimitadas que estão já ocupadas por olivais em regime intensivo.

Ponderação CMFA:

A restrição correspondente aos “sobreiros e azinheiras” delimitada na Planta de condicionantes geral foi alterada, tendo sido retiradas as áreas já ocupadas por olivais intensivos.

2. Proposta de Alteração do Regulamento

Sugere-se, novamente, a redação das normas relativas aos Espaços Agrícolas propostas pelo ICNF e não acolhida pela CMFA:

2.1.1. Título IV – Uso do solo Capítulo I - Espaços Agrícolas - Artigo 24.º

Espaços Agrícolas subdividem - se em:

1. Espaços agrícolas de produção tipo I;
2. Espaços agrícolas de produção tipo II;

Introduzir um número com a definição de:

“Os espaços agrícolas de produção tipo II correspondem a áreas abrangidas pelo aproveitamento hidroagrícola do EFMA, integrando áreas onde existem espécies protegidas ou ameaçadas de flora com estatuto de conservação desfavorável, aplicando-se nestas o disposto na legislação específica vigente e no presente regulamento.”

Ponderação CMFA:

Não se aceita com fundamento nos argumentos suprarreferidos e na esteira da anterior ponderação da CM (PDMFA_ICNF_concertação-pos2CC) quanto à proposta de ordenamento. A autonomização de uma subcategoria autónoma com a redação indicada não acrescenta qualquer tipo de proteção adicional às espécies protegidas, já incluídas na EEM e cuja proteção é assegurada pela redação do artigo 11.º.

2.1.2. Título V – Solo Rústico Capítulo I - Disposições Gerais, Artigo 39.º - Estatuto geral de ocupação do solo rústico e edificação isolada, ou, eventualmente, ser introduzido no Capítulo II Disposições comuns ao solo rústico e urbano Artigo 27.º Condições gerais de utilização do solo, introduzir o seguinte:

“1. Nos espaços agrícolas de produção Tipo II, onde esteja identificada a ocorrência de espécies protegidas ou ameaçadas de flora com estatuto de conservação desfavorável, deverá ser garantida a aplicação de medidas de gestão adequadas à conservação e propagação das espécies.

3. A alteração do uso do solo nas áreas onde existem espécies protegidas ou ameaçadas da flora, com estatuto de conservação desfavorável, carece de autorização do ICNF, IP, cujo pedido, no caso de abranger prédios inseridos total ou parcialmente na área beneficiada pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), é instruído com o parecer da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.”

Ponderação CMFA:

As áreas de ocorrência de espécies protegidas ou ameaçadas de flora com estatuto de conservação desfavorável estão integradas na EEM, sendo a respetiva proteção assegurada pelo regime da EEM (artigo 11.º). Tal como referido, não se vê, assim, necessidade ou mais-valia, na criação da subcategoria e do respetivo regime.

2.1.3. Artigo 28.º- Usos e atividades interditos, introduzir o seguinte:

“Na subcategoria Espaços Agrícolas de Produção tipo II é interdito a prática de agricultura em regime intensivo e superintensivo que cause destruição de espécies protegidas ou ameaçadas de flora com estatuto de conservação desfavorável.”

Ponderação CMFA:

Todas as áreas onde foi identificada a ocorrência de espécies protegidas ou com valores naturais relevantes foram integradas na EEM e o ICNF não manifestou discordância com a proposta de EEM apresentada, sendo este o regime adequado para a proteção dos referidos valores. Para as restantes áreas do território, sem prejuízo das servidões e restrições aplicáveis, não decorre para a CM a obrigação de prever um regime de uso específico que interdição as práticas agrícolas intensivas. Não aceite, portanto.

2.2. Para manter a proteção da espécie *Linaria ricardoi* apenas na EEM, a redação do artigo 11.º deverá ser a seguinte:

“1 – As ocupações e utilizações permitidas na EEM asseguram a compatibilização das funções de proteção, regulação e promoção dos sistemas ecológicos, com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações, numa ótica de sustentabilidade do território.

2 – O regime de uso do solo das áreas integradas na EEM é o previsto para a respetiva categoria ou subcategoria espaço, articulado, quando for o caso, com os regimes legais regulamentares das servidões e restrições de utilidade pública.

3 – Na EEM são admitidos, sem prejuízo dos regimes aplicáveis, os usos e as ações que contribuam ou não ponham em causa a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Salvar os recursos endógenos naturais do território;
- b) Promover a articulação entre o meio urbano, rural e natural através de corredores verdes;
- c) Proteger os ecossistemas naturais;
- d) Preservar pontos de interesse paisagístico;
- e) Valorizar o património edificado e natural;
- f) Fomentar as paisagens produtivas;
- g) Promover a mobilidade sustentável;
- h) Promover estratégias locais de adaptação às alterações climáticas;
- i) Promover estratégias locais de redução dos riscos de incidência territorial.

4 – Na área de proteção da Serra do Paço e nas áreas de Matos, com vista à conservação de espécies da flora ameaçadas descritas na Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental, é interdito:

- a) A desmatagem para reconversão, expansão e intensificação agrícola e para infraestruturação;
- b) A modelagem do terreno;
- c) A destruição ou retirada dos afloramentos rochosos;
- d) O uso de fitofármacos, nomeadamente herbicidas.

5 – Nas áreas referidas no número anterior admite-se o pastoreio em regime extensivo e o corte mecânico, sem mobilização de solo, de modo a travar a progressão sucessional.

6 – Nas áreas referidas no número 4, a alteração do uso do solo nos prédios onde ocorra a espécie *Linaria Ricardoi*, ou outras espécies da flora ameaçadas e nos charcos temporários, carece de autorização do ICNF, IP.

7 – Nos Charcos temporários é assegurada a compatibilização da ocupação e uso do solo resultante das atividades humanas com a respetiva conservação, com vista à adequada proteção das espécies aí presentes; nestas áreas bem como nas suas zonas envolventes, até 10 metros a contar dos limites evidentes de pleno enchimento dos Charcos, são interditos os seguintes atos e atividades:

- a) As operações de drenagem ou aprofundamento dos solos (parcial ou total);
- b) As mobilizações profundas, para impedir a destruição da estrutura vertical do solo;
- c) As práticas agrícolas intensivas, como a rega e descargas do sistema de rega e a aplicação de fitofármacos;
- d) A plantação de espécies arbóreas, com particular destaque para o eucalipto;
- e) A deposição de entulhos, resíduos ou terras que possam alterar a orografia do terreno;
- f) As obras de construção de edificações e de caminhos agrícolas, rurais, florestais ou aceiros;
- g) A realização de atividades de lazer motorizadas;
- h) O acesso do gado aos charcos, na época de encharcamento.

8 Nas áreas abrangidas pelo corredor ecológico do PROF ALT próximo, as ações de arborização ou rearborização integram apenas espécies autóctones e não são permitidas operações mecânicas de mobilização do solo ou que alterem o perfil da margem.

9 Nas áreas abrangidas pelo corredor ecológico do PROF ALT afastado, as ações de arborização ou rearboreização integram espécies autóctones numa área mínima de 20 % da área da unidade de gestão a intervencionar e não são permitidas operações mecânicas de mobilização do solo.

10-Nas áreas abrangidas pelos corredores ecológicos (próximo e afastado) do PROF ALT, aplicam-se as normas respeitantes às funções de proteção e conservação previstas no PROF ALT.

11-Os corredores ecológicos (próximo e afastado) do PROF ALT são, ainda, objeto de tratamento específico no âmbito de planos de gestão florestal (PGF), de acordo com o previsto naquele programa.

12-A alteração do uso do solo nas áreas onde existem espécies protegidas ou ameaçadas da flora, com estatuto de conservação desfavorável, carece de autorização do ICNF, IP, cujo pedido, no caso de abranger prédios inseridos total ou parcialmente na área beneficiada pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), é instruído com o parecer da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.”

Ponderação CMFA:

Aceite as alterações propostas, com exceção da eliminação da norma referente à fiscalização, a qual foi alterada nos seguintes termos (alterações realçadas, incluindo, de entre as que propostas pelo ICNF, as aceites pela CM):

1 – As ocupações e utilizações permitidas na EEM asseguram a compatibilização das funções de proteção, regulação e promoção dos sistemas ecológicos, com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações, numa ótica de sustentabilidade do território.

*2 – O regime de uso do solo das áreas integradas na EEM é o previsto para a respetiva categoria ou subcategoria espaço, articulado, quando for o caso, **com os regimes legais regulamentares das servidões e restrições de utilidade pública.***

3 – Na EEM são admitidos, sem prejuízo dos regimes aplicáveis, os usos e as ações que contribuam ou não ponham em causa a prossecução dos seguintes objetivos:

- a) Salvar os recursos endógenos naturais do território;*
- b) Promover a articulação entre o meio urbano, rural e natural através de corredores verdes;*
- c) Proteger os ecossistemas naturais;*
- d) Preservar pontos de interesse paisagístico;*
- e) Valorizar o património edificado e natural;*
- f) Fomentar as paisagens produtivas;*
- g) Promover a mobilidade sustentável;*
- h) Promover estratégias locais de adaptação às alterações climáticas;*
- i) Promover estratégias locais de redução dos riscos de incidência territorial.*

4 – Na área de proteção da Serra do Paço e nas áreas de Matos, com vista à conservação de espécies da flora ameaçadas descritas na Lista Vermelha da Flora Vascular de Portugal Continental, é interdito:

- a) A desmatização para reconversão, expansão e intensificação agrícola e para infraestruturação;*
- b) A modelação do terreno;*
- c) A destruição ou retirada dos afloramentos rochosos;*
- d) O uso de fitofármacos, nomeadamente herbicidas.*

5 – Nas áreas referidas no número anterior admite-se o pastoreio em regime extensivo e o corte mecânico, sem mobilização de solo, de modo a travar a progressão sucessional.

6 – Sem prejuízo das competências das demais entidades públicas, a fiscalização do cumprimento do previsto nos dois números anteriores, compete em especial à autoridade nacional para a conservação da natureza.

7 – Nas áreas referidas no n.º 4, a alteração do uso do solo nos prédios onde ocorra a espécie *Linaria Ricardo*, ou outras espécies da flora ameaçadas e nos charcos temporários, carece de autorização da autoridade nacional para a conservação da natureza.

8 – Nos Charcos Temporários identificados na Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal, é assegurada a compatibilização da ocupação e uso do solo resultante das atividades humanas com a respetiva conservação, com vista à adequada proteção das espécies aí presentes.

9 – Nas áreas referidas no número anterior, bem como nas suas zonas envolventes, até 10 metros a contar dos limites evidentes de pleno enchimento dos Charcos, são interditos os seguintes atos e atividades:

- a) As operações de drenagem ou aprofundamento dos solos (parcial ou total);**
- b) As mobilizações profundas, para impedir a destruição da estrutura vertical do solo;**
- c) As práticas agrícolas intensivas, como a rega e descargas do sistema de rega e a aplicação de fitofármacos;**
- d) A plantação de espécies arbóreas, com particular destaque para o eucalipto;**
- e) A deposição de entulhos, resíduos ou terras que possam alterar a orografia do terreno;**
- f) As obras de construção de edificações e de caminhos agrícolas, rurais, florestais ou aceiros;**
- g) A realização de atividades de lazer motorizadas;**
- h) O acesso do gado aos charcos, na época de encharcamento.**

10 – Sem prejuízo das competências das demais entidades públicas, em especial da Câmara Municipal quanto à alínea f) do número anterior, a fiscalização do cumprimento do previsto no número anterior, compete em especial à autoridade nacional para a conservação da natureza.

11 – Nas áreas abrangidas pelo corredor ecológico do PROF ALT próximo, as ações de arborização ou rearborização integram apenas espécies autóctones e não são permitidas operações mecânicas de mobilização do solo ou que alterem o perfil da margem.

12 – Nas áreas abrangidas pelo corredor ecológico do PROF ALT afastado, as ações de arborização ou rearborização integram espécies autóctones numa área mínima de 20 % da área da unidade de gestão a intervencionar e não são permitidas operações mecânicas de mobilização do solo.

13 – Nas áreas abrangidas pelos corredores ecológicos (próximo e afastado) do PROF ALT, aplicam-se as normas respeitantes às funções de proteção e conservação previstas no PROF ALT.

14 – Os corredores ecológicos (próximo e afastado) do PROF ALT são, ainda, objeto de tratamento específico no âmbito de planos de gestão florestal, de acordo com o previsto naquele programa.

15 – A alteração do uso do solo nas áreas onde existem espécies protegidas ou ameaçadas da flora, com estatuto de conservação desfavorável, carece de autorização da autoridade nacional para a conservação da natureza, cujo pedido, no caso de abranger prédios inseridos total ou parcialmente na área beneficiada pelo EFMA, é instruído com o parecer da EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.

2.2.2. Entre o artigo 27.º e o artigo 28.º, sugere-se a inclusão de um artigo 27.º-A, sob a epígrafe de “Condições especiais de utilização do solo rústico”, do seguinte teor:

“1 - Nas áreas onde esteja identificada a ocorrência de espécies protegidas ou ameaçadas da flora, com estatuto de conservação desfavorável, designadamente as elencadas na “Carta dos Valores Naturais”, a instalação de novas explorações pecuárias e agrícolas, em qualquer regime intensivo, bem como quaisquer outros usos, atos ou atividades, suscetíveis de afetar aquelas espécies, carece de autorização do ICNF, IP.

2 - Caso as áreas referidas no número anterior abranjam prédios inseridos total ou parcialmente na área beneficiada pelo EFMA, aquele pedido de autorização do ICNF é instruído com o parecer da EDIA.

3 - O Município de Ferreira do Alentejo disponibiliza no seu portal WEB a referida “Carta dos Valores Naturais”, bem como a informação cartográfica atualizada dos locais de ocorrência daquelas espécies, fornecida pelo ICNF, IP.”.

Ponderação CMFA:

Não aceite, porquanto os n.ºs 1 e 2 repetem o atual n.º 15 do artigo 11.º e o n.º 3 não acrescenta nada, uma vez que os valores naturais estão identificados na EEM – Planta de ordenamento, a qual constitui elemento constituinte fundamental do Plano e disponível no site da CM e da DGT. Não se verifica a necessidade de disponibilizar a carta dos valores naturais no sítio da internet da CMFA, dado que constam da Planta da EE e é em sede de PDM que, a nível municipal, esta informação deve ser constar.

2.2.3. Artigo 28.º - Usos e atividades interditos - deve ser introduzido o seguinte:

No território do município de Ferreira do Alentejo são interditos os seguintes atos e atividades: «d) A alteração do uso do solo ou a prática de agricultura em regime intensivo e superintensivo, quando suscetível de causar a destruição de espécies protegidas ou ameaçadas da flora com estatuto de conservação desfavorável.”.

Ponderação CMFA:

Não aceite, porquanto os n.ºs 1 e 2 repetem o atual n.º 15 do artigo 11.º

2.2.4. No artigo 62.º dispõe-se que «No plano de água da Albufeira de Odivelas todos os usos e atividades estão sujeitos a parecer da autoridade de recursos hídricos, de acordo com a legislação em vigor.»; porém, pelos mesmos motivos de certeza e segurança jurídicas já aduzidos acima, recomenda-se que seja explicitada quem é essa *autoridade*. De todo o modo, salientamos que algumas daquelas *atividades*, como a pesca, a aquicultura e a piscicultura, carecem de *licenciamento* por parte do ICNF, IP, nos termos do disposto, designadamente, na Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, no Decreto-Lei n.º 112/2017, de 6 de setembro e na Portaria n.º 385-A/2017, de 28 de dezembro.

Ponderação CMFA:

Alterada a redação:

«No plano de água da Albufeira de Odivelas todos os usos e atividades estão sujeitos a parecer da autoridade de recursos hídricos, de acordo com a legislação em vigor, sem prejuízo das competências da autoridade nacional de conservação da natureza em matéria de pesca e aquicultura nas águas interiores.

Nos termos da alínea f) do artigo 3.º da Lei n.º 7/2008, de 15 de fevereiro, o conceito de Aquicultura engloba a cultura de organismos aquáticos, nomeadamente peixes, pelo que não se explicita a piscicultura. Regista-se a observação quanto à identificação da *autoridade de recursos*

hídricos, o que não se efetua dada a mutação inerente às alterações orgânicas e de designação das entidades públicas.